

**CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA – ASCES/UNITA  
BACHARELADO EM DIREITO**

**CARLOS PORVENIR TORRES AGUIAR**

**DISCUSSÃO DE GÊNERO NAS ESCOLAS E ANÁLISE DO PLANO  
NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

**CARUARU**

**2017**

**CARLOS PORVENIR TORRES AGUIAR**

**DISCUSSÃO DE GÊNERO NAS ESCOLAS E ANÁLISE DO PLANO  
NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES/UNITA, como requisito parcial, para a obtenção do grau de bacharel em Direito, sob orientação da Professora Katherine Lages.

**CARUARU**

**2017**

## BANCA EXAMINADORA

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

---

Presidente: Prof.

---

Primeiro Avaliador: Prof.

---

Segundo Avaliador: Prof.

## RESUMO

A educação deve ser também um espaço de diversidade e de respeito aos direitos humanos, o que leva ao sistema educacional debater acerca do tema da inclusão de grupos minoritários. Entre estes grupos estão os grupos de gênero representados por feministas, gays e lésbicas. No Brasil, há muitos estudos sobre a exclusão de mulheres, porém poucos estudos educacionais acerca do tema da diversidade sexual. Essa ausência na educação, provavelmente, tem como causa a predominância de proposições essencialistas e excludentes nos conceitos utilizados para pensar identidades sexuais e de gênero. Este artigo trata da temática da discriminação e preconceito relacionados às relações de gênero e a diversidade sexual no espaço escolar. Constatando a existência de práticas discriminatórias que excluem da escola uma parcela significativa da população por serem sujeitos diversos e não estarem adequados aos padrões hegemônicos das relações de gênero e por assumirem identidades sexuais que escapam à lógica hegemônica da heteronormatividade<sup>1</sup>. A educação, entendida como uma área privilegiada de compreensão dos direitos, bem como um instrumento fundamental de acesso a eles, é um campo propício para uma análise sobre as políticas públicas favoráveis à igualdade, e em particular, à igualdade de gênero. Estes são os princípios que orientam este artigo que tem como foco uma análise do Plano Nacional de Educação, aprovado em 25 de junho de 2014 como Lei nº 13005/2014.

**PALAVRAS-CHAVES:** gênero; sexualidade; discriminação; escola; diversidade;

---

<sup>1</sup>Heteronormatividade: Termo que se refere aos ditados sociais que limitam os desejos sexuais, as condutas e as identificações de gênero que são admitidos como normais ou aceitáveis àqueles ajustados ao par binário masculino/feminino. Desse modo, toda a variação ou todo o desvio do modelo heterossexual complementar macho/fêmea – ora através de manifestações atribuídas à homossexualidade. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/secad>

## RESUMEN

La educación debe ser también un espacio de diversidad y respeto a los derechos humanos, lo que lleva al sistema escolar discutir acerca del tema de la inclusión de grupos minoritarios en los espacios escolares. Entre estos están los grupos de género representados por feministas, gays y lesbianas. En Brasil, hay muchos estudios sobre la exclusión de mujeres, sin embargo poco de estudios escolares relativos al tema de la diversidad sexual. La ausencia del tema en la educación, probablemente, tiene como causa el predominio de propuestas esencialistas y justificantes en los conceptos utilizados para pensar de las identidades sexuales y de tipo. Este artículo trata del tema de la discriminación y prejuicio relacionado a cuestiones de género y diversidad sexual en el espacio escolar. Constatando la existencia de prácticas discriminatorias que excluyen de la escuela una parte significativa de los estudiantes que sean distinto de los demás y que no se adecuen a las normas hegemónicas de las relaciones de género y por no adecuarse a las identidades sexuales que se escapan a la lógica hegemónica de heteronormatividad<sup>2</sup>. La educación, considerada como un sector privilegiado de comprensión de los derechos, así como un instrumento fundamental de acceso ellos, es un campo propicio para un análisis sobre las políticas públicas favorables a la igualdad, y en particular, a la igualdad de género. Éstos son los principios que guían este artículo que tiene como el foco un análisis del Plan Nacional de Educación, (PNE 2014-2024), aprobado el 25 de junio de 2014 como Ley nº 13005/2014.

**PALABRAS-CLAVE:** género; sexualidad; discriminación; escuela; diversidad;

---

<sup>2</sup>Heteronormatividad: Es un término acuñado por Michael Warner que hace referencia “al conjunto de las relaciones de poder por medio del cual la sexualidad se normaliza y se reglamenta en nuestra cultura y las relaciones heterosexuales idealizadas se institucionalizan y se equiparan con lo que significa ser humano”.

## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO .....</b>	<b>6</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1. DEFINIÇÃO DE GÊNERO .....</b>	<b>8</b>
<b>1.1 Movimentos Feministas.....</b>	<b>8</b>
<b>1.2 Construção Social das Diferenças Sexuais .....</b>	<b>10</b>
<b>1.3 Histórico Sobre as Questões de Gênero No Brasil .....</b>	<b>11</b>
<b>2. QUESTÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE NAS ESCOLAS .....</b>	<b>13</b>
<b>3. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>3.1 Metas do PNE .....</b>	<b>17</b>
<b>3.2 Debates de Gênero.....</b>	<b>18</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>22</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>24</b>

## INTRODUÇÃO

No âmbito da educação em todos os seus aspectos, o debate sobre gênero, sexualidade, e diversidade tem sido levantado cada vez mais na sociedade brasileira, e principalmente no contexto escolar vem se buscando atingir um nível satisfatório de igualdade e respeito. O papel que a escola tem nesse cenário não é apenas importante, mas é um dos principais já que é um local de potencial para a formação de um indivíduo enquanto também é um local de questionamentos onde as identidades culturais são construídas e experimentadas.

No Brasil, mesmo que não tenhamos educação sexual como uma disciplina curricular obrigatória, o tema está presente em diversos livros didáticos, que não apenas são componentes educativos mas também formadores sociais acerca do tema. A estrutura destes livros, tanto a escrita quanto a ilustrativa produz conceitos de gênero e de sexualidade, “ensina” o que é “ser masculino” e “ser feminino”, ensina forma(s) de viver a sexualidade e essas representações são responsáveis por produzir sujeitos. O que se propõe neste artigo é debater a articulação entre o currículo escolar e o estudo de gênero e sexualidade nas escolas identificando os problemas acerca do tema.

É importante discutir como as identidades culturais são formadas nas práticas sociais e, mais detalhadamente, como poderiam ser as questões de gênero apresentadas nos materiais pedagógicos. É sabido que todo processo de formação de identidades está relacionado à existência do “outro” e, portanto são as diferenças que tornam cada indivíduo único. Nesse sentido, a identidade só é estabelecida quando se é discutida as diferenças.

O debate acerca de gênero e sexualidade tem sido um tema muito discutido a partir do Plano Nacional de Educação 2014-2015 (PNE 2014-2024), aprovado em 25 de junho de 2014 como Lei nº 13005/2014. Diante dos recentes impasses e embates quanto à inclusão ou não de questões de gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação e nos Planos Estaduais e Municipais de Educação, o presente artigo busca analisar este assunto à luz de sua elaboração e sua aprovação, fazendo um breve estudo de toda a história no âmbito das minorias sociais e também analisando todo o histórico da conquista de direitos e políticas públicas voltadas ao tema de gênero e sexualidade.

# 1. DEFINIÇÃO DE GÊNERO

## 1.1 Movimentos Feministas

Para entendermos a palavra gênero é importante destacar todo o contexto histórico que envolve a conceituação e a importância da discussão em torno deste tema, que está ligado de forma direta com outros movimentos sociais que surgiram na intenção de incluir minorias na sociedade de forma mais justa, buscando minimizar a discriminação destes grupos. É importante diferenciar e apontar todos os aspectos do conceito gênero no âmbito biológico e social para assim entendermos melhor o que significa a palavra gênero em todas suas faces.

[...] O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gêneros diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem<sup>3</sup>.

Nessa vereda, deve-se destacar a definição do que é o feminismo e sua importância na discussão sociológica de gênero. O feminismo é um movimento que surgiu em meados da década de 1970, ligado a outros movimentos sociais, tais como: movimentos em luta pela moradia, por melhores condições de vida, movimentos políticos, pela luta contra o racismo e dos movimentos homossexuais. Tal movimento fez surgir novas maneiras de fazer política, que resultou em uma profunda crítica na forma como o ocidente pensava, ocasionando grandes mudanças comportamentais na sociedade nos mais diversos campos, redefinindo assim, os papéis e valores que eram estabelecidos a homens e mulheres.

Neste sentido, Cynthia Sarti doutora e professora em Antropologia, afirma:

O feminismo foi se impondo dentro deste quadro geral de mobilizações diferenciadas. Procurou conviver com essa diversidade, sem negar sua particularidade. Isso envolveu muita cautela. Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação negativa. Vivia sob fogo cruzado. Para a direita, era um movimento perigoso, imoral. Para a esquerda, reformismo burguês e, para muitas mulheres e

---

<sup>3</sup>LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**, 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

homens, independentemente de sua ideologia, ser feminista tinha uma conotação antifeminina.<sup>4</sup>

Porém, é importante lembrar que poucas pessoas sabem o real significado do que é o feminismo; contrariamente, muitos pensam o feminismo é o oposto do machismo, mas o feminismo tem como ideologia a não diferenciação de gênero entre homem e mulher nos mais diversos contextos da sociedade e reivindicação de igualdade, enquanto que o machismo se coloca hierarquicamente superior nesse mesmo contexto. Portanto, o feminismo se diferencia do machismo no sentido que apenas anseia na inclusão de gênero entre homens e mulheres, e não em ideologias hierárquicas.

Para entender a desigualdade entre homens e mulheres, leva-se em conta a diferença biológica entre os sexos, diferença essa que estabelece determinados comportamentos de personalidade e de aptidões socioculturais que diferenciam ambos os sexos. A ideia de igualdade que surgiu na Revolução Francesa com princípios de liberdade, fraternidade e igualdade era frágil nesse sentido porque estabelecia que a igualdade entre os indivíduos era na ideia dos indivíduos serem idênticos. Dessa forma, a desigualdade social entre os sexos surgia das diferenças biológicas, assim como a desigualdade entre as raças.

As feministas chegaram a concordar que as diferenças biológicas existiam porém que eram mais acentuadas em razão da educação que recebiam. Então, uma das primeiras direções que o movimento tomou foi no sentido de filosofias que afirmavam que a sociedade poderia ser mais igualitária se as mulheres recebessem a mesma educação. Assim, as feministas passaram a lutar pela igualdade dos sexos através do caminho da mudança da educação.

Entretanto, ao longo do tempo a história não caminhou nesse sentido e mesmo recebendo a mesma educação, as mulheres não alcançaram a igualdade desejada nem no espaço doméstico nem no espaço da rua. Foi na década de 1970, que o movimento percebeu que as diferenças existentes entre os sexos não eram algo ruim, mas responsáveis por aumentar a diversidade humana e sua riqueza criativa. O que realmente não era positivo era o fato das diferenças serem usadas para estabelecer uma hierarquia desigual de poderes entre os indivíduos.

---

<sup>4</sup>SARTI, Cynthia. **Feminismo no Brasil: uma trajetória particular**. ,n. 34. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, 1988, p. 38-47.

É então que por volta dos anos de 1980, que no Brasil começam a surgir os primeiros trabalhos acadêmicos e as primeiras publicações em revistas científicas acerca do conceito de gênero, o que fez o tema ganhar cada vez mais espaço e passar a ser muito discutido no país até os dias atuais. Diante da relevância que o tema passou a ter na sociedade, inclusive dentro dos direitos humanos, o movimento passou a lutar pela discussão do tema no âmbito escolar, pois a partir daquele momento se reconhecia a importância de discutir sobre igualdade de gênero e diversidade sexual na escola para quebrar a permeação de uma cultura machista e heteronormativa.

Desse modo, fica claro que toda a discussão em torno da palavra gênero surgiu da necessidade que as feministas tinham de entender as desigualdades entre homens e mulheres na sociedade. O tema gênero veio justamente com a finalidade de compreender como a relação entre natureza e cultura se comportam na desigualdade entre homens e mulheres. Na sociedade ocidental todos os comportamentos culturais que são ensinados têm como base fatores biológicos em sua essência. Este entendimento está de certa maneira profundamente estabelecido no senso comum e no meio científico em que diferencia biológica e socialmente a diferença entre homem e mulher, em contraposto a palavra gênero vem para ampliar o entendimento das diferenças entre os sexos.

## **1.2 Construção Social das Diferenças Sexuais**

A discussão acerca de gênero nos revela ao longo da história vários conceitos, abordados por diferentes opiniões como é o caso dos estudos feministas e científicos. Se por um lado, existem estudos que limitam essa categoria dizendo só há uma diferença biológica dos sexos, feminino e masculino, por outro há os que discutem do ponto de vista sociocultural. Louro se coloca a favor dos conceitos de gênero no sentido sociocultural. Em seus estudos ele faz uma leitura histórica acerca do tema e explicita que o gênero trata-se de uma construção social e cultural ao longo da história entre sujeitos femininos e masculinos. Assim sendo, existe uma diferença na contextualização dessa categoria já que existem diferentes construções de gênero em uma mesma sociedade, variando também, de acordo com o contexto histórico do caminhar da humanidade.

Consequentemente, afirma Joan Scott:

Minha definição de gênero tem duas partes e dois subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações entre os sexos<sup>5</sup>.

Portanto, compreende-se o gênero como um elemento que está relacionado à convivência social, construído culturalmente e ancorado nos discursos das diferenças biológicas entre os sexos.

Joan Scott nos traz o entendimento de que a conceituação de gênero é determinada simbolicamente e materialmente, por doutrinas religiosas, por questões educacionais, políticas, jurídicas, por objetos, e etc. Dessa maneira podemos entender que esse conceito está ligado diretamente a intensas relações de poder.

Deste modo, podemos entender de maneira mais ampla em como ao longo da história o indivíduo pertencente ao gênero masculino, biologicamente falando, esteve em uma posição superior a da mulher, pertencente ao gênero feminino. A figura do homem, sempre sendo caracterizado como forte e dominante. Enquanto que à mulher, sobrou a inferiorização, o confinamento do lar, onde tinha apenas a função reprodutiva e doméstica.

### **1.3 Histórico Sobre as Questões de Gênero No Brasil**

O debate sobre diversidade sexual e de gênero no espaço acadêmico brasileiro como já foi mencionado ocorre a partir dos anos de 1970 e deve-se, historicamente, à pressão dos grupos feministas e dos grupos LGBT's que denunciaram a exclusão de suas representações de mundo nos programas curriculares das instituições escolares.

No cenário brasileiro, esse debate esteve restrito durante vários anos a áreas como a Sociologia, a Psicologia e a Crítica Literária, sendo bastante ausente nos estudos da Educação. Contudo, nos anos de 1990, os estudos sobre gênero ganhou mais importância. Entre alguns dos trabalhos desse período estão as pesquisas da

---

<sup>5</sup>SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. vol. 20. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1995. p. 71-99.

historiadora brasileira Guacira Lopes Louro acerca da exclusão das minorias de gênero na história da educação. O detalhe do trabalho de Louro está nos recursos metodológicos de suas análises, baseadas não mais no discurso marxista ou nas pedagogias da conscientização, mas nas teorias pós-estruturalistas, e na grande divulgação que teve a publicação de seu livro *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Desde então, pesquisadoras/es da área da Educação, de importantes centros universitários do país, têm debatido temas como gênero e sexualidade a partir de uma visão culturalista.

## 2. QUESTÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE NAS ESCOLAS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96)<sup>6</sup>, garante o direito à escola a todas as pessoas sejam elas brasileiras ou estrangeiras residentes no país, sem discriminar qualquer característica específica do indivíduo.

A versão anterior do Plano Nacional de Educação a PNE 2001-2010, Lei nº 10172<sup>7</sup>, de mesmo tendo surgido por uma mobilização social muito forte, falhou em seu tratamento acerca dos temas relativos a gênero e diversidade sexual. Mesmo tendo sido elaborado em um momento em que as desigualdades de gênero e a necessidade de superá-las tornaram-se um assunto de bastante importância nos debates sociedade brasileira, o tema gênero foi mencionado em apenas alguns poucos tópicos. Eis que diante do desafio de elaboração de um novo PNE, originalmente previsto para 2011-2020, foi desencadeada a Conferência Nacional de Educação 2010 (CONAE 2010). O Documento Final resultou de amplo processo de participação de vários setores educacionais no país entre 2009 e 2010. Com base num Documento Referência, no primeiro semestre de 2009 aconteceram várias conferências municipais e intermunicipais, já no segundo semestre houve conferências estaduais e em meados de março a abril ocorreu a Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010). Consta no Documento Final:

Espera-se que o Documento Final, resultante das deliberações da plenária final da CONAE, suscite um processo de mobilização e debate permanente nos diferentes segmentos educacionais e setores sociais brasileiros, e que possa contribuir efetivamente no balizamento das políticas educacionais, na perspectiva do Sistema Nacional de Educação, da efetiva consolidação de políticas de Estado no País e na elaboração do novo Plano<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup>BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

<sup>7</sup>BRASIL. Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001.

<sup>8</sup>CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CONAE. **Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento Final.** Disponível em: [http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento\\_final\\_sl.pdf](http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf). Acesso em: 5 nov. 17.

No que se refere ao tema de gênero e diversidade sexual, o documento final da CONAE 2010 lista 25 propostas das quais podemos destacar o seguinte parágrafo:

g) Inserir os estudos de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, diversidade sexual e educação sexual, como disciplina obrigatória, no currículo da formação inicial e continuada, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, nas licenciaturas e bacharelado, na pós-graduação, no ensino fundamental e médio, em todas as áreas do conhecimento, de forma interdisciplinar, transdisciplinar e transversal, articulando-os à promoção dos direitos humanos – meta do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

A partir daí, esperou-se que fosse elaborado e aprovado o novo PNE 2011-2020, porém não se concretizou devido à sua demora na tramitação no Congresso Nacional como PL 8.035/107<sup>9</sup>. Em 2013 e 2014, foi realizada uma nova Conferência Nacional de Educação (CONAE 2014) em que foi aprovado o novo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) em 25 de junho de 2014.

Ainda traçando um histórico sobre o tema, sexualidade, identidade de gênero e orientação sexual vale ressaltar que entre os anos de 1989 e 1992, a Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo lançou cursos de formação de professores/as em que, claramente, os temas relativos a gênero e sexualidade não observavam pressupostos e valores baseados em um tipo de educação sexual disciplinadora, voltada exclusivamente a valores conservadores heteronormativos em que não normalizava um determinado grupo e marginalizava outro.

Vários cursos dirigidos a professores/as e jovens de vários lugares do Brasil incentivando atitudes críticas e transformadoras no que se referia ao tema gênero e sexualidade, vieram buscar desenvolver a capacidade de questionamento e a curiosidade acerca da construção social do saber, ao mesmo tempo em que destacava a necessidade de se trabalhar os temas relativos à sexualidade e gênero, de maneira a não restringi-las às aulas de ciências.

Assim dizem os PCN formulados pelo MEC:

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos

---

<sup>9</sup>BRASIL. **Projeto de lei n° 8035/10 de 2010.**

sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de 'masculino' e 'feminino' como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a homens e mulheres. Mesmo com a grande transformação dos costumes e dos valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas, ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero<sup>10</sup>.

De acordo com as informações presentes nos Cadernos Secad<sup>11</sup>, 2007 (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação), o nível de envolvimento dos movimentos sociais nos temas relacionados ao tema de gênero e diversidade na escola é grande e, em muitos casos, bastante especializado, tendo em vista que discriminação, racismo, sexismo, homofobia, miséria, fome e das diversas formas de violência presentes na sociedade brasileira foi protagonizado, por muito tempo, por tais movimentos.

Portanto, o Estado, ao reconhecer sua responsabilidade em relação a diversas dívidas sociais, dentre elas a educacional, precisa estabelecer um diálogo com esses atores objetivando desenvolver políticas públicas permanentes. Com o crescimento cada vez maior de diversos movimentos sociais que buscam legitimidade e reconhecimento perante a sociedade observa-se cada vez mais o papel importante e estratégico da educação para debater sobre. A educação tem um papel essencial para garantir a inclusão, promover a igualdade de oportunidades e enfrentar o preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade.

O Estado deve considerar o ambiente escolar como fundamental para que tais conceitos se articulem, ao longo dos processos em que noções de corpo, gênero e sexualidade, entre outras, são socialmente construídas e introduzidas. Um

---

<sup>10</sup>CAVALCANTE, Francisco. **Parâmetros Curriculares Nacionais/Ensino Fundamental: Orientação sexual**. Brasília: Departamento de Desenvolvimento e Articulação Institucional, 1999. p. 321-322.

<sup>11</sup>MEC. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola\\_protege/caderno5.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola_protege/caderno5.pdf). Acesso em 5 nov. 17.

lugar onde as experiências refletem na formação identitária de cada indivíduo e incide em todas as esferas do meio social.

A escola e, em particular, a sala de aula, é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças. Daí, a importância de se discutir a educação escolar a partir de uma perspectiva crítica e problematizadora, questionar relações de poder, hierarquias sociais opressivas e processos de subalternização ou de exclusão, que as concepções curriculares e as rotinas escolares tendem a preservar<sup>12</sup>.

Desta maneira, discutindo estas questões com os/as professores/as, das Redes estaduais de Ensino, busca se contribuir com escola na sua missão de formadora de pessoas que possam ter senso crítico e que possam posicionar-se com equilíbrio em um mundo de diferenças e de infinitas variações.

---

<sup>12</sup>SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: As transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. 4 ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

### 3. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

#### 3.1 Metas do PNE

Assunto polêmico tanto no Plano Nacional de Educação quanto nos Planos Estaduais e Municipais, as metas referentes ao combate da discriminação e desigualdade de gênero vêm levantando fortes debates em todo o país. As discussões ganharam mais força desde junho de 2014, quando ficou estabelecido o prazo de uma década para que os estados e municípios do Brasil aprovassem os documentos que fariam parte da educação dos próximos dez anos.

Em uma de suas várias metas o Plano Nacional de Educação busca pela prevenção à evasão do ambiente escolar causado por preconceito e discriminação:

O Ministério da Educação desenvolve ações voltadas ao combate à discriminação e à violência, como o Projeto “Escola que Protege”, cujo objetivo é capacitar profissionais de educação, membros dos conselhos de educação, conselhos escolares, além de profissionais da saúde, assistência social, conselheiros tutelares, agentes de segurança e justiça, entre outros profissionais ligados à Rede de Proteção e Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, para promoção e a defesa dos direitos dessa população e o enfrentamento e prevenção das violências no contexto escolar. Ações voltadas para combate ao bullying e promoção da cultura da paz nas redes escolares ainda carecem de maiores incentivos e de regulamentação específica. São escassos os esforços para minimizar a discriminação nas escolas, fator que contribui significativamente para o clima escolar, bem estar dos alunos e conseqüentemente a evasão<sup>13</sup>.

É importante ressaltar que além do Plano Nacional de Educação ser um instrumento para combater a discriminação também deve-se ficar atento ao que diz tanto a nossa Constituição Federal quanto os tratados internacionais, os quais o Brasil faz parte, que descrevem e possibilitam a presença da igualdade de gênero nas políticas educacionais e no ambiente da escola.

No ambiente escolar, segundo Suelaine Carneiro, socióloga e coordenadora do programa de educação do Geledés – Instituto da Mulher Negra é necessário sim

---

<sup>13</sup>FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. 2ª ed, Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote\\_eletronico.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf). Acesso em: 5 nov. 17.

que professores e professoras debatam gênero na escola, ela afirma ainda que a discussão do tema leva ao combate a violência e possibilita a busca pela igualdade.

Ela ainda ressalta que além de garantir o que está determinado na lei em âmbito nacional e internacional, a igualdade de gênero na educação dá a possibilidade de que a escola dialogue e trabalhe com temas e conflitos presentes no dia a dia das salas de aula de todo o país.

Voltando a citar os documentos finais na CONAE 2010 e da CONAE 2014, que elencam de forma explícita o tema acerca de gênero, observa-se que o mesmo não acontece no Plano Nacional de Educação de 2014-2024, que não trata essa questão de forma clara. Questiona-se então, por que o PNE 2014-2024 não tematiza estas questões e por que as mesmas não entraram na maioria dos Planos Estaduais e Municipais de Educação. Fazendo uma análise mais profunda do novo PNE, percebe-se omissão e uma falta de aprofundamento a estas questões nas vinte metas propostas. Apenas consta no Artigo 2º referente às diretrizes do PNE, o Inciso III que afirma: “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”<sup>14</sup>.

Diante deste contexto devemos levantar o questionamento quanto à intervenção das lideranças parlamentares e religiosas para a não aprovação do tema ao PNE e também aos Planos Estaduais e Municipais de Educação, tornando-se este certamente um dos assuntos centrais e mais polêmicos na sua tramitação tanto em nível nacional como em níveis estaduais e municipais.

Como consequência disso, na maioria dos Planos Estaduais e Municipais de Educação as questões de gênero e sexualidade foi excluída, mediante embates políticos e religiosos caracterizados como “ideologia de gênero”.

### **3.2 Debates de Gênero**

O debate sobre gênero nas escolas é importante para tornar esses espaços mais inclusivos, enfatizando as diferenças. De acordo com o “Manifesto pela igualdade de gênero na educação: por uma escola democrática, inclusiva e sem censuras”, documento elaborado em 2015 por um grupo de entidades relacionadas

---

<sup>14</sup>BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.

aos direitos humanos e outros grupos de pesquisa de todo o país, esse debate ajuda a identificar e corrigir as diferenças no contexto escolar.

Ao contrário de “ideologias” ou “doutrinas” sustentadas pela fundamentação de crenças ou fé, o conceito de gênero está baseado em parâmetros científicos de produção de saberes sobre o mundo. Gênero, enquanto um conceito, identifica processos históricos e culturais que classificam e posicionam as pessoas a partir de uma relação sobre o que é entendido como feminino e masculino. É um operador que cria sentido para as diferenças percebidas em nossos corpos e articula pessoas, emoções, práticas e coisas dentro de uma estrutura de poder. E é, nesse sentido, que o conceito de gênero tem sido historicamente útil para que muitas pesquisas consigam identificar mecanismos de reprodução de desigualdades no contexto escolar<sup>15</sup>.

É importante entender as questões acerca do tema de gênero, pois assim abre-se caminho para reduzir e erradicar a homofobia e a violência contra mulher. Segundo o relatório anual divulgado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), 343 pessoas LGBT foram mortas em 2016, nunca antes na história desse país registraram-se tantas mortes, nos 37 anos que o Grupo Gay da Bahia (GGB) coleta e divulga tais homicídios em todo o país. A cada 25 horas um LGBT é barbaramente assassinado vítima da “LGBTfobia”, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Matam-se mais homossexuais aqui do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra os LGBT.<sup>16</sup>

De acordo com o Relatório da Situação Global sobre Violência Escolar e Bullying, lançado pela Unesco no começo desse ano, 25% do bullying praticado nas escolas de todo o mundo estão relacionados a questão de gênero ou orientação sexual dos indivíduos.<sup>17</sup> É um tipo de violência que afeta o desempenho dessas crianças e jovens, em muitos casos, gerando abandono da escola. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil

---

<sup>15</sup>PORTAL ABANT ORG. **Manifesto pela igualdade de gênero na educação: por uma escola democrática, inclusiva e sem censuras.** Disponível em: [http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Manifesto\\_Pela\\_Igualdade\\_de\\_Genero\\_na\\_Educacao\\_Final.pdf](http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Manifesto_Pela_Igualdade_de_Genero_na_Educacao_Final.pdf). Acesso em: 5 nov. 17.

<sup>16</sup>GRUPO GAY DA BAHIA, GGB. **Relatório 2016.** Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>. Acesso em: 5 nov 2017.

<sup>17</sup>UNESCO. **School Violence and Bullying - Global Status Report.** Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002469/246970e.pdf>. Acesso em: 5 nov. 17.

afirma seu compromisso com a garantia dos direitos das mulheres e da população LGBT, posicionando-se de forma contrária a toda forma de discriminação e violação dos direitos humanos em qualquer circunstância e, em especial, em espaços educativos.

O ambiente escolar é um lugar propício para identificar os problemas que envolvam discriminação, preconceito, homofobia, machismo, dentre outras formas de opressão que possam se disseminar neste ambiente. É importante lembrar que a discussão de gênero vai além da questão da sexualidade, é necessário desconstruir o discurso atrasado e errado que se fez acerca da do que se chama “ideologia de gênero. É preciso debater sobre isso, dentro e fora da escola, em todos os contextos, nas famílias, em todos os ambientes sociais. Não falar sobre questões de gênero abre possibilidades de que uma pessoa não se reconheça no ambiente da escola o que leva muitas vezes a evasão escolar, um dos principais problemas da educação brasileira.

É interessante trazer o posicionamento do então Ministro da Educação, Janine Ribeiro, sobre a polêmica gerada em torno deste assunto, em que diz:

Não existe, nas ações do Ministério da Educação, algo que se possa chamar “ideologia de gênero”. O que temos é uma realidade: jovens que em torno dos 14 anos, uns antes outros depois, percebem transformações no seu corpo e o surgimento da questão sexual. Elas e eles se descobrem de formas bem diferentes. A grande maioria será heterossexual, mas há uma minoria que será homossexual e alguns se descobrirão transexuais. Mas os números não importam – a não ser para indicar que as diferentes formas de viver a sexualidade são uma realidade que se impõe a todos nós. O que importa, então, é que todas as pessoas devem ser respeitadas em sua orientação sexual, excluída toda forma de abuso. Não se pode impor a alguém uma conduta sexual que não seja a sua. Não se pode induzir um heterossexual a se comportar como homossexual, nem o contrário.

[...]. A escola tem de ser acolhedora na diversidade de modos de ser que há no mundo, e isso inclui a diversidade religiosa, étnica, cultural, sexual e de gênero. Sexo é apenas um exemplo entre muitos outros, e deve ser discutido à luz do conhecimento científico. Na verdade, quando não se trata do sexo na sala de aula, o resultado é aumentar a gravidez na adolescência, crescerem as doenças venéreas, ocorrer o abuso sexual. Quanto menos se fala de sexo de forma científica, mais os adolescentes tratam dele por sua conta, inclusive nas plataformas sociais. Algumas pessoas dizem que cabe apenas à família abordar este assunto. É evidente que a família deve educar seus filhos, inclusive falando de sexo e de amor. Mas isso não implica proibir a discussão do sexo na escola. Repito: o preço do silêncio sobre o sexo é a adolescente grávida, a jovem

abusada sexualmente, a disponível doença venérea, inclusive a letal AIDS, ceifando vidas de rapazes e moças<sup>18</sup>.

O então ministro em sua fala deixa clara a importância das questões de gênero e orientação sexual no contexto do novo Plano Nacional de Educação, Janine Ribeiro ainda enfatiza que um dos objetivos do PNE é “a erradicação de todas as formas de discriminação”, o que em seu entendimento, inclui o machismo e a homofobia, dentre os comportamentos a serem corrigidos no ambiente escolar.

---

<sup>18</sup>CPP, ORG. **Não existe ideologia de gênero no MEC, diz ministro.** Disponível em: <http://www.cpp.org.br/index.php/listanoticias/item/4412-nao-existe-ideologia-de-generono-mec-afirma-ministro#>. Acesso em: 5 nov. 17.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto podemos considerar que o ambiente escolar não só é um lugar onde as formas de distinção são reproduzidas como também é o espaço onde são criadas essas diferenciações. Nesse sentido o papel da escola é fundamental para a construção dos valores morais dos indivíduos que ali convivem, passando mais a frente a formar pessoas que vão reproduzir sua formação nos mais diversos espaços sociais. Mais especificamente tratando da questão de gênero e orientação sexual, podemos problematizar as formas com que as relações se estabelecem neste espaço e constatar que a formação escolar tem produzido historicamente preconceitos, estereótipos acerca do tema.

A escola tem então o desafio atualmente em acolher e tratar as diferenças existentes nesse espaço de forma adequada, buscando estabelecer um ambiente acolhedor as diferenças. Não é apenas aceitar que existe as diferenças mas sim tratar de debater sobre isso no ambiente da escola. É construir um lugar onde todos possam respeitar a singularidade do outro. No contexto do Plano Nacional de Educação e dos Planos Municipais e Estaduais de Educação, após muitos debates entre principalmente os setores mais conservadores e religiosos da sociedade o tema relacionado ao debate de gênero infelizmente foi cortado de diversos planos pelo país.

A secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) manifesta a importância da discussão de gênero e orientação sexual nas políticas públicas da educação, buscando assim a construção de ambiente escolar de fato democrático e respeitador as diferenças e que busque através do ensino em sala de aula combater qualquer tipo de preconceito que possa se manifestar nesse ambiente.

Neste mesmo sentido o Conselho Nacional de Educação (CNE) se pronunciou através de uma nota pública manifestando preocupação em relação a omissão das questões acerca do debate de gênero e orientação sexual dos planos municipais e estaduais de educação. O CNE lamenta a ausência das temáticas de gênero e considera que os planos devem ser debatidos e revisados.

Vale destacar também que em contramão do que tem decidido muitos estados e municípios a maior parte dos brasileiros é a favor do debate ligado a

gênero e sexualidade nas salas de aula. É o que revela pesquisa do Ibope encomendada pela instituição Católica pelo Direito de Decidir. De acordo com pesquisa realizada em fevereiro de 2017, 72% dos entrevistados concorda total ou em parte que professores possam promover debates sobre o direito de cada pessoa viver livremente sua sexualidade, sejam elas heterossexuais ou homossexuais, e 84% concordam totalmente ou em parte que professores falem sobre a igualdade entre os sexos com os alunos. Portanto percebe-se que não há resistência a que professores possam debater acerca do tema nas salas de aula, o que se constata é que os pais e demais setores da sociedade querem que o estado cumpra esse papel na formação de uma escola democrática respeitadora das diferenças.

Portanto, é de extrema importância que se faça uma revisão nos planos municipais e estaduais para o debate possa ser aberto e assim possamos ter escolas mais acolhedoras a diversidade. É importante enfrentar o preconceito, a discriminação o bullying e qualquer forma de violência contra indivíduos que não se encaixem nos padrões. Através das políticas públicas promovidas pelo estado em conjunto com o PNE e demais órgãos da sociedade promover mudanças no sentido de superar as discriminações que estão presentes no ambiente escolar.

Faz-se importante que debates tanto nos meios acadêmicos quanto na sociedade aconteçam como forma de promover disputas e embates que iram contribuir para que o movimento acerca do tema ganhe força perante o estado e assim as políticas públicas se façam presentes. Vale destacar que é justamente o fato de estar sempre levantando o tema que fará com que os direitos que se buscam sejam conquistados e a partir disso possamos promover as mudanças necessárias. É preciso enfrentar e debater acerca de gênero, homofobia, discriminação e qualquer forma opressão a pessoas que não estão no “padrão” hegemônico presente na nossa sociedade.

Neste artigo buscou-se fazer uma retrospectiva acerca do tema relacionado a gênero e sexualidade na sociedade brasileira abordando os temas relacionados a inclusão e igualdade dentro do ambiente escolar. Vale destacar também a importância do aprofundamento de pesquisas e projetos que através de políticas educacionais voltadas a ao debate de gênero possam contribuir significativamente para a construção de um ambiente escolar democrático e inclusivo em todos os sentidos.

## REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Francisco. **Parâmetros Curriculares Nacionais/Ensino Fundamental: Orientação sexual**. Brasília: Departamento de Desenvolvimento e Articulação Institucional, 1999. p. 321-322.

BRASIL. **Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001**.  
Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**.

BRASIL. **Manifesto pela igualdade de gênero na educação: por uma escola democrática, inclusiva e sem censuras**; documento disponível em: <[http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Manifesto\\_Pela\\_Igualdade\\_de\\_Genero\\_na\\_Educacao\\_Final.pdf](http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Manifesto_Pela_Igualdade_de_Genero_na_Educacao_Final.pdf)> Acesso em 05/11/2017.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**.

BRASIL. **Projeto de lei nº 8035/10 de 2010**.

CADERNOS TEMÁTICOS DA SECAD/MEC, 2007, Brasília, DF. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola\\_protege/caderno5.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola_protege/caderno5.pdf)>. Acesso em 05/11/2017.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE). **Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento Final**. 2010, Brasília, DF. Disponível em: <[http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento\\_final\\_sl.pdf](http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf)> Acesso em 05/11/2017.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. 2ª ed. Brasília, DF. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote\\_eletronico.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf)> Acesso em: 05/11/2017.

GRUPO GAY DA BAHIA, GGB. **Relatório 2016**. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>>. Acesso em 05/11/2017.

LOURO, Guacira Lopes . **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6 ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

RIBEIRO, Renato J. **Não existe ideologia de gênero no MEC, diz ministro**. Disponível em: <<http://www.cpp.org.br/index.php/listanoticias/item/4412-nao-existe-ideologia-de-generono-mec-afirma-ministro#>> Acesso em 05/11/2017.

SARTI, Cynthia. **Feminismo no Brasil: uma trajetória particular**. nº 34. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, 1988. p. 38-47.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. vol. 20, nº 2. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1995. pp. 71-99.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: As transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

UNESCO. **School Violence and Bullying - Global Status Report**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002469/246970e.pdf>> Acesso em 05/11/2017.

